



PMDB e PFL lutam pelos cargos da Mesa. Ulysses tenta o acordo, mas Covas não quer ceder.

Um novo confronto na Aliança?

O líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, argumentou ontem, numa reunião com coordenadores de bancada, que a posição do partido de não abrir mão de ficar com a 1ª vice-presidência, a 1ª secretaria e a 1ª suplência, está sustentada pelo critério da proporcionalidade que garante ao PMDB, que possui a maior bancada na Constituinte (304 parlamentares) esses cargos. No entanto, a posição do senador paulista, viola o acordo acertado entre o PFL e o PMDB, que Ulysses prometeu ontem tentar manter, e que Covas parece não estar disposto a cumprir.

Da reunião participaram também os líderes no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e na Câmara, Luiz Henrique, que deu aos frentistas a 1ª vice-presidência. Há uma ameaça do PFL, inclusive, de não participar de nenhum cargo na Mesa se o acordo não for mantido a favor da Frente Liberal.

Ficou acertado que amanhã será feita a promulgação do regimento interno permanente da Constituinte; na quarta-feira, a escolha, dentro da bancada do PMDB, dos candidatos à Mesa da Constituinte — senador Mauro Benevides para 1ª vice-presidente; deputados Marcelo Cordeiro e José Tavares disputando a 1ª secretaria; e Maurílio Ferreira Lima para 1ª suplente. Na quinta-feira ocorrerá a eleição para a Mesa da Constituinte, ficando para a terça-feira, dia 31 de março — 59 dias depois da instalação da Constituinte — a eleição dos presidentes e vice-presidentes das comissões e indicação dos relatores, além da divisão das comissões em subcomissões.

Embora abertamente não reconheçam, para evitar mais problemas com o PFL, o principal argumento dos três líderes do PMDB para não abrir mão da 1ª vice-presidência é que o presidente Ulysses Guimarães vai precisar se licenciar em maio por doze dias para ficar no lugar do presidente Sarney, que viaja ao Exterior, e o PMDB não quer deixar a cargo do

PFL — no caso, o deputado Humberto Souto — o comando da Constituinte.

Da parte do PFL, há também a posição fechada de não abrir mão do acordo que, segundo os líderes no Senado e na Câmara, Carlos Chiarelli e José Lourenço, havia sido acertado um dia antes da eleição de Mário Covas com o líder na Câmara, Luiz Henrique, que deu aos frentistas a 1ª vice-presidência. Há uma ameaça do PFL, inclusive, de não participar de nenhum cargo na Mesa se o acordo não for mantido a favor da Frente Liberal.

Esforço de Ulysses

Ulysses Guimarães, assegurou ontem aos líderes do PFL que vai trabalhar pela manutenção do acordo. Segundo eles, Ulysses deixou bem claro que o acordo, agora negado por Covas, existe. Contudo, ainda conforme os líderes, Ulysses reconheceu que sua implementação está difícil em virtude da posição do próprio Covas.

O líder Chiarelli observou que a crise econômica e o problema da dívida externa geram a necessidade de um apoio parlamentar forte ao governo e, caso os liberais não sejam atendidos com uma cadeira na mesa da Constituinte, estará em jogo a própria permanência da Aliança Democrática.

Em nenhum momento, conforme os líderes, Ulysses garantiu o acordo. O máximo que prometeu foi fazer gestões para que Lourenço tenha um novo encontro com Covas e ouvir a bancada do PMDB sobre a reivindicação do PFL.

Tanto Lourenço como Chiarelli estão apostando no trabalho conciliador do presidente da Assembléia. "O presidente do PMDB é um homem respeitado, conduziu o partido à vitória no ano passado, e não vão usá-lo agora como objeto descartável", disse Lourenço. "Se isso não for preservado — acrescentou Chiarelli —, será extremamente danoso para a Aliança Democrática".

Comissões

Das nove comissões da Consti-

tuente, que serão instaladas no dia 31 de março, sete já estão definidas, pelo menos da parte do PMDB, depois de um exaustivo trabalho no fim de semana com a ajuda de computadores do Prodasen. Esse trabalho foi desenvolvido por Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Henrique.

A ocupação de duas comissões — Ordem Econômica e a grande Comissão de Sistematização — será resolvida hoje pelos coordenadores de bancadas do partido, para ser entregue aos líderes amanhã, quando eles farão um apelo para que os constituintes que optaram em excesso pelas duas desistam da indicação como titular para compor comissões que têm carência de gente e fiquem como suplentes dessas comissões — onde terão oportunidade de influir e até mesmo de votar, quando substituírem os titulares.

Houve um excesso de preferência de constituintes do partido em torno de 50% além do número de cargos para as comissões de Ordem Econômica e de Sistematização. Essas duas comissões, mais a Comissão de Ordem Social, têm sido as principais opções também nos outros partidos, como o PFL.

Na mesma reunião dos coordenadores, onde se fixou a posição de o partido não abrir mão da 1ª vice-presidência da Constituinte, Mário Covas sugeriu a diminuição do número de vice-líderes do partido, a uma base de um vice-líder para oito constituintes, o que daria 38 vice-líderes para uma proporção de um para cada doze constituintes, o que perfaz 25 vice-líderes.

Além desses 25, a serem escolhidos pelos líderes Fernando Henrique Cardoso, e Luiz Henrique, Mário Covas vai indicar hoje mais cinco outros de sua escolha pessoal, para a composição do colégio de vice-líderes na Constituinte. Os trinta vice-líderes seriam, assim, distribuídos entre as 24 subcomissões (três por comissão) e os seis restantes para auxiliá-lo nos trabalhos de plenário.

O MANDATO

Sarney insiste na definição. Mas diz que não tem pressa.

O presidente José Sarney quer uma definição dos partidos políticos que o apóiam sobre a duração do seu mandato, antes mesmo que a Assembléia Nacional Constituinte tome a iniciativa de discutir a questão. O presidente disse ontem na Base Aérea de Brasília, ao chegar da viagem a São Paulo, que vai cumprir o que for determinado pelos partidos e pela Constituinte, mas espera que haja uma definição rápida.

"Eu não estou pedindo nenhuma pressa", disse o presidente aos

jornalistas, que perguntaram se ele estava apressando a solução do problema. "Eu estou pedindo uma definição, na realidade uma definição dos partidos políticos. Na Assembléia Constituinte, esse será um assunto que vai ser discutido quando forem votadas as Disposições Transitórias, ou quando a Assembléia, na sua soberania, achar que deve regular esse assunto", afirmou o presidente.

O chefe do governo explicou ainda por que acha que seu mandato deve ser definido logo. "Na rea-

lidade, sob o ponto de vista interno, sob o ponto de vista externo, um País como o Brasil não pode ficar muito tempo nessa indecisão e nem a duração do mandato a ocupar um espaço que não deve ser o espaço maior. A Constituinte tem uma missão histórica tão importante que não pode ficar num assunto circunstancial como a duração do mandato do presidente. Até mesmo porque eu não tenho nenhuma ambição de poder. Acho que a gente exerce um cargo público cumprindo com o dever, é o que estou buscando fazer", afirmou Sarney.